

A COMPETÊNCIA ORAL EM SALA DE AULA

Lygia Maria Andrade Figueira dos Santos (UFRRJ)

lygiafs@yahoo.com.br

Viviane de Araújo Nascimento (UFRRJ)

vivianenascimento@oi.com.br

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar fundamentos, reflexões e propostas a respeito do trabalho com o desenvolvimento da competência oral em sala de aula. Trata-se de um estudo que apresenta os motivos da negligência da instituição escolar com relação ao trabalho com oralidade e que aponta a necessidade de reflexão do profissional docente sobre o tema. O ponto de partida deste estudo é uma análise da dinâmica social moderna e dos aspectos privilegiados em termos de linguagem e letramento, pois se considera que as razões do desprestígio da modalidade oral nos contextos escolares tenham relação direta com essa configuração social. São apresentadas, também, propostas de como realizar um trabalho eficiente com turmas de ensino fundamental e ensino médio, de forma que a escrita e a oralidade possam ser desenvolvidas em sala de aula como modalidades complementares de linguagem, desfazendo-se a noção de hierarquia presente no modelo de ensino atual.

Palavras-chave: Oralidade. Letramento. Ensino.

1. Introdução

Analisando-se as práticas escolares, principalmente as que ocorrem nas aulas de língua portuguesa, percebe-se que o trabalho com a modalidade escrita possui mais prestígio do que aqueles em que se contempla a modalidade oral de comunicação. É fácil observar que esse formato de ensino não é consonante com a vida além da escola, uma vez que a fala é a modalidade utilizada em grande parte das situações comunicativas da vida cotidiana, seja em contextos formais ou informais. Dessa forma, ao negligenciar a prática oral, a escola não habilita o aluno a participar com segurança de muitas situações com as quais irá se deparar em seu cotidiano. Refletir sobre essa hierarquização é o ponto de partida para que uma nova prática pedagógica se faça presente nos contextos escolares.

Busca-se neste artigo apresentar reflexões e teorias a respeito dessa temática, com o intuito de proporcionar ao profissional de educação novas perspectivas de trabalho. Para tanto, serão apresentados neste estudo considerações a respeito de como modelos sociais interferem - muitas vezes de maneira prejudicial - no ensino, analisando-se de forma crítica

alguns mitos relacionados à comunicação escrita, como o que associa tal habilidade à inteligência. Uma breve análise sobre o conceito de letramento, com base nos estudos mais recentes, será também desenvolvida para fundamentar a linha de raciocínio que será delineada. Por fim, será apresentada a análise da sala de aula propriamente dita, com propostas pedagógicas para o trabalho com as duas modalidades de forma complementar.

2. Desenvolvimento

2.1. Escrita, oralidade e sociedade

A fim de que as primeiras reflexões sobre o tema possam ser apresentadas, propõem-se reflexões sobre uma matéria publicada no blog da revista *Veja*, escrita pelo jornalista Ricardo Setti. Por meio da análise de alguns aspectos presentes no texto, será possível compreender, de maneira prática, pontos importantes a respeito do tema de estudo.

Vocês viram essa? Lula, ao deixar a Presidência, quer escrever de vez em quando. Sim, vocês leram direito: escrever. Esta eu tinha perdido, mas ainda dá tempo de contar e de comentar. Na festa da premiação das “Empresas Mais Admiradas no Brasil”, realizada na noite do dia 18 passado pela promotora do evento, a revista *Carta Capital*, o presidente Lula esteve presente e, no inevitável discurso que proferiu, disse que quando deixar a Presidência “gostaria de escrever” sobre “coisas” que “agora não pode”. Para tanto, acrescentou, quem sabe viria a pedir ao diretor da revista, Mino Carta, que lhe abrisse “de vez em quando” um espaço na publicação. Mino Carta, velho amigo e admirador do presidente, concordou. Lula disse que quer *escrever*, entenderam? Será algo histórico, porque, já quase no final de seu mandato, tudo o que se conhece de sua obra escrita até agora é uma anotação para uma reunião que, depois de muita pesquisa, meu amigo e colega Augusto Nunes conseguiu descobrir. Terá sido o primeiro presidente entre os 33 que já ocuparam o posto (retiro da numeração os 6 gerais de duas juntas militares) em 121 anos de República a deixar, em sua longa passagem de 8 anos pelo poder, apenas registro oral. Gostaria de testemunhar esse momento histórico: Lula escrevendo alguma “coisa”.³

É preciso deixar claro que a análise dessa matéria não tem intuito político. Não se objetiva, neste estudo, defender partidos ou figuras públicas. A partir da análise do jornalista Ricardo Setti, pode-se identificar de forma precisa a cultura presente na sociedade atual, em que a escrita é

³ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/voces-veiram-essa-lula-ao-deixar-a-presidencia-quer-escrever-de-vez-em-quando-sim-escrever>>. Acesso em: 23-09-2013.

inserida em um patamar diferenciado, ao qual, parece, nem todos deveriam ter acesso.

O primeiro aspecto considerado sobre o texto é o fato de que, em diversos momentos, há um tom irônico do autor a respeito da vontade do ex-presidente Lula de elaborar textos escritos. Os trechos “Sim, vocês leram direito: escrever” e “Lula quer escrever, entenderam?” são emblemáticos para que se perceba o quanto a escrita é uma prática elitista. É como se a sociedade estivesse dividida em duas partes: de um lado estariam os indivíduos com baixa escolaridade, que não dominam a norma linguística padrão, que não participam das atividades tidas como de prestígio e, do outro, estariam as pessoas com alta escolaridade, que dominam o Português bonito, que podem ser consideradas cultas. Assim, no momento em que um indivíduo de baixa escolaridade se põe a ingressar em uma prática do outro grupo – nesse caso, a escrita – surge incômodo, sarcasmos, rejeição. E faz-se necessário reiterar: o foco de análise não é o jornalista em questão, ele apenas explicita o mapa mental que é de toda a sociedade.

É importante também refletir sobre o penúltimo parágrafo, em que o autor afirma que Lula terá sido o primeiro presidente brasileiro a deixar apenas registro oral. O uso do vocábulo “apenas” não é um detalhe no discurso. No contexto, o que se depreende é a ideia de que a oralidade é inferior à escrita.

A partir de tais observações, cabe a análise de uma hipótese, defendida por muitos estudiosos, que visam a comprovar a superioridade da escrita em relação à oralidade. Em geral, considera-se que a escrita esteja relacionada à inteligência, ao desenvolvimento cognitivo. Esse tipo de associação é comum na cultura grafocêntrica e, por isso, é difícil para Ricardo Setti – e para a população em geral - conceber a ideia de um indivíduo com baixa escolaridade, como o ex-presidente Lula, apresentar boa produção escrita, prática que exige bom desenvolvimento cognitivo, o que, segundo essa concepção, ele não teria devido aos poucos anos de escolaridade. Tal concepção, porém, é inadequada, uma vez que não dominar a norma padrão de linguagem não indica baixo desenvolvimento cognitivo.

Sobre esse assunto, Kleiman (1995, p. 22) apresenta explicações detalhadas, que comprovam que a associação Escrita/Desenvolvimento cognitivo não é cabível. A autora relata estudos realizados para tal verificação e destaca que são realizados trabalhos que comparam as estratégias

para resolução de problemas por grupos letrados e não letrados. Em estudos com esse formato, o que se verificou em termos de resultados práticos foi o fato de que os dois grupos respondiam de forma diferente às questões apresentadas para teste, mas de forma alguma essa diferença representou superioridade ou inferioridade em termos de cognição. Percebeu-se que o modelo de resposta do grupo escolarizado se enquadrava nos critérios que a cultura letrada considera como esperado, como de acordo com o padrão. Os não escolarizados apresentaram análises com base em esquemas práticos, utilitários (KLEIMAN, 1995). Em um dos estudos citados pela autora, uma das perguntas usadas para teste foi sobre quais eram as semelhanças entre o sangue e a água. Enquanto o grupo de indivíduos escolarizados respondeu que os dois eram líquidos, o outro grupo falou sobre o poder da água de lavar sujeiras, inclusive de lavar o sangue. O grupo de não escolarizados, portanto, apresentou um modelo de resposta diferente do que se considera apropriado na cultura letrada, porém, não se pode dizer que a análise foi indevida. Tem-se, portanto, evidência da inadequação de se analisarem cognição e letramento sem avaliar contextos.

A análise da matéria sob tal viés permite exemplificar a dinâmica social de segregação estabelecida e, nesse contexto, a prática escrita funciona como um significativo agente de exclusão. A instituição escolar, como parte dessa cultura, reproduz esses conceitos, supervalorizando a escrita e desconsiderando a importância da oralidade em suas práticas.

2.2. Modelos de letramento e oralidade na escola

Com o avanço nos estudos na área da linguística e da educação, tem-se considerado que analisar um indivíduo como letrado levando em consideração apenas o aspecto relacionado à alfabetização é insuficiente. Isso porque esses indivíduos, ainda que não alfabetizados, participam na vida em sociedade de práticas de letramento. Uma pessoa que não domina a escrita, mas consegue, por exemplo, em uma entrevista de emprego, usar linguagem mais polida, respeitar os turnos de fala, explicar sobre a sua experiência profissional e seus objetivos dentro da companhia, mesmo não sendo alfabetizada, compreende o gênero textual entrevista. Ou seja, ela domina uma prática de letramento sem ser alfabetizada. Essa visão de letramento que extrapola o texto escrito é proposta pelo chamado modelo ideológico. Tal modelo é diferente do dito modelo autônomo, que considera apenas as noções de alfabetizado/ analfabeto e, consequen-

temente, atribui à escrita importância maior do que à oralidade.

Dessa forma, na escola, a oralidade é considerada como menos importante do que a escrita. Isso porque, em uma sociedade grafocêntrica, pretende-se fazer com que o aluno domine a modalidade linguística de maior prestígio social e a escola fica com a responsabilidade de exercer esse papel de inserção.

O problema em relação a essa hierarquia – escrita/fala – é que, no dia-a-dia em sociedade, a linguagem oral é, sem dúvida, mais utilizada do que a escrita, em contextos informais e formais. Dessa maneira, os alunos precisam estar preparados para o uso adequado das duas modalidades. Conforme aponta Marcuschi (2011, vídeo *YouTube*):

Se nós fôssemos fazer uma análise do nosso dia-a-dia, desde que a gente acorda até quando vai dormir, provavelmente, nós iríamos descobrir que mesmo os que mais letrados são vão utilizar mais do que 90% do tempo falando e uns 10% escrevendo. No entanto, apesar de, mesmo hoje, em uma sociedade como a nossa, em que a escrita entrou de forma tão violenta, mesmo assim, nós continuamos falando bastante, e damos uma importância enorme à escrita.

Os principais argumentos defendidos por estudiosos, com base no modelo autônomo, para comprovar a superioridade da escrita em relação à fala no ambiente escolar são:

- a) A escrita exige estruturas mais complexas do que a fala.
- b) Na fala, há a presença do interlocutor, o que torna o discurso mais fácil de ser elaborado.
- c) A escrita é necessária para o ambiente profissional.
- d) Sem domínio da escrita, não há igualitarismo.

A análise dos quatro itens é necessária a fim de que se perceba a inadequação da proposta de supremacia da escrita.

- a) A escrita, de fato, suporta estruturas mais complexas do que a fala. No entanto, esse não pode ser um argumento válido para atribuir àquela mais importância do que a esta. O aluno precisa sentir-se seguro para elaborar textos nas duas modalidades, uma vez que a vida em sociedade exigirá dele tal competência. Escrita e fala devem ser analisadas como complementares e não como elementos estanques.
- b) A presença de um interlocutor, em muitos casos, pode tornar a

elaboração discursiva mais complexa. Se na escrita, existe tempo para pensar, elaborar, modificar, na fala, o discurso precisa ser elaborado em um curto espaço de tempo. Em um debate, por exemplo, a fala do interlocutor pode mais dificultar do que facilitar, já que uma réplica ou tréplica precisarão ser formuladas quase que automaticamente.

- c) Da mesma forma que a escrita é necessária no ambiente profissional, na produção de e-mails, relatórios e demais documentos, a fala também é essencial, pois o indivíduo precisará falar ao telefone, participar de reuniões, posicionar-se contra ou a favor de decisões etc.
- d) A noção de igualitarismo, se associada a habilidades comunicativas, deve ser relacionada às duas modalidades linguísticas. Na vida em sociedade, a comunicação verbal – seja ela oral ou escrita – poderá facilitar a participação mais efetiva do indivíduo em sociedade.

É evidente, portanto, que escrita e oralidade devem ser trabalhadas na escola como competências complementares. O cidadão que a escola ajuda a preparar deve sim sentir-se seguro na produção escrita, que é a de prestígio, mas deve igualmente, saber produzir bons discursos orais, em que haja adequação ao contexto, ao interlocutor, à situação. A fala do aluno traz do seu lar, a adequação da fala, é responsabilidade da escola.

2.3. Práticas com a oralidade na sala de aula

Nesta seção, objetiva-se refletir sobre a necessidade de a escola ampliar seu leque de possibilidades para a promoção do desenvolvimento da expressão oral e para a sua valorização em sala de aula. Quando a escola assume o seu papel na inserção das práticas discursivas peculiares à fala, propicia um espaço para a manifestação de diferentes falares, de diferentes crenças, culturas, valores oportunizando a exposição da subjetividade do mundo das ideias. Dentro dessa perspectiva, cabe ao professor, agente letrador, realizar um trabalho que estimule os alunos ao entendimento acerca do funcionamento da língua.

Contudo, as práticas desenvolvidas em sala de aula com a oralidade devem ocorrer em concomitância ao trabalho com a escrita, não de modo dicotômico, mas visando à integração dessas modalidades, respeitando as especificidades de cada uma delas. É importante que os profes-

sores saibam como atuar no desenvolvimento de atividades que propiciem a manifestação da fala e o seu papel é o de intervir de modo a contribuir para o bom andamento do processo comunicativo. Não cabe ao professor, de língua materna, em específico, fazer uso de termos depreciativos em relação ao modo do aluno expressar-se oralmente, ou mesmo rotular as variações linguísticas classificando-as como “certo” ou “errado”, desconsiderando fatores sociolinguísticos.

Um trabalho efetivo e significativo com a expressão oral, na escola, envolve a participação também da equipe pedagógica, que poderá subsidiar o trabalho do professor acatando as propostas existentes para a educação pública, nesse sentido, visando à integração do trabalho da língua oral com escrita, sem menosprezo de uma ou outra modalidade, compreendendo a importância de ambas para a formação dos alunos.

[...] não se acredita mais que a função da escola deve concentrar-se no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se encontrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita. Castilho (*apud* FÁVERO & CUNHA, 1999, p. 12)

Para desenvolver um trabalho eficaz envolvendo a oralidade e a escrita, o professor deve compreender a importância da interação nos processos comunicativos. Ao se tratar da fala, a interação ocorre simultaneamente e o emissor obtém a reação do receptor no mesmo instante. No discurso escrito, mesmo que a leitura de um texto ou de um livro (entre outros trabalhos escritos) não seja feita diante do autor, a interação existe a partir da leitura, já que a mensagem está sendo transmitida e alguém a está recebendo. Segundo Urbano (2000, p. 88):

Pode até faltar o face a face de uma interação conversacional (como no caso das conversas telefônicas), mas a interação mesma, que se deve entender centrada, não. Está presente em qualquer discurso, tanto escrito quanto oral, embora em graus diferentes.

Tendo em vista a ocorrência da interação tanto nas expressões faladas quanto nos textos escritos e considerando a importância desse processo em sala de aula, deve-se levar em conta que as características dessas relações são diversas e, como tais, proporcionam produtos distintos, pois em uma comunicação oral, alunos e professor, durante a interação, podem dar um novo rumo ao debate, ou ao tema em discurso, por ser realizada no mesmo instante, permitindo assim a utilização de recursos paralinguísticos, como gestos, expressão facial e corporal, além da entonação, pausas, fluência entre outros. No texto escrito, a interação não ocorre de

maneira efetiva e imediata, permitindo ao escritor mudar de tema, retornar, ou mesmo manter-se na mesma questão, sem a interferência do leitor no andamento do assunto abordado. Neste caso, o produtor do texto tem a possibilidade de pensar, planejar, selecionar para depois escrever e, por esse motivo, deverá fazer referências mais precisas sobre o tema que deseja expor. O que se pode perceber, portanto, é que ambas, cada uma com suas particularidades, contribuem no processo de construção do conhecimento em sala de aula, necessitando o professor constantemente avaliar o mecanismo aplicado no desenvolvimento de tarefas que contemplem a oralidade em concomitância com a escrita. Diz Hoffmann (1966, p. 20):

Não é tarefa simplória. A avaliação na perspectiva de construção de conhecimento, parte de duas premissas básicas; confiança na possibilidade dos educandos construírem suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesse.

Há, entretanto, uma resistência muito grande em se trabalhar a oralidade em sala de aula, devido a fatores de ordem cultural e social, conforme foi apresentado nas primeiras seções deste artigo. Para superar tais obstáculos, o professor precisa ter o conhecimento de teorias e de métodos que lhe darão suporte para uma análise mais acurada com o intuito de promover práticas com a oralidade nas aulas de língua portuguesa. De acordo com os estudos contidos no livro de Vanda Maria Elias, *Ensino de Língua Portuguesa, Oralidade, Escrita e Leitura*, existem três perspectivas que possibilitam uma boa prática com a oralidade na escola: a observação e a análise da oralidade; o trabalho que parte da fala para se chegar à escrita; o trabalho especificamente com a variação linguística.

A primeira compreende o trabalho de captar as peculiaridades da fala por meio do gravador. O modo como os interlocutores se desenvolvem na relação comunicativa, que pode ocorrer num diálogo entre professor e aluno, em um debate entre dois ou três alunos, ou mesmo em uma entrevista, são as bases desse tipo de proposta didática.

A segunda perspectiva parte do trabalho que começa com a fala para se chegar à escrita. Chamado de retextualização, o trabalho com a oralidade que terá como produto a escrita consiste na transformação e na adequação de uma modalidade para a outra. Na transformação da transcrição de um texto falado em escrito, por exemplo, ocorrem algumas operações de transformação, como eliminação de repetições, de paráfrase, a troca de turnos por parágrafos, as pausas, como também a introdução de sinais de pontuação de acordo com a entonação oral.

A terceira aponta para o trabalho com a variação linguística, com base nos estudos desenvolvidos pela linguística, pois a gramática normativa desconsidera algumas variantes, classificando-as como inadequadas, erradas e contrárias ao chamado bom português. Esse trabalho faz com que o aluno obtenha conhecimentos acerca das variações linguísticas e da utilização adequada dessas variações conforme situações comunicativas distintas. O importante é que o objeto de pesquisa dentro dessa perspectiva transcenda a sala de aula, mantendo-se a pertinência da base teórica e metodológica ao contexto escolar.

Nota-se, de forma frequente nos ambientes escolares, a existência de práticas divergentes às propostas de trabalho citadas. Percebem-se, com clareza, ações que enfatizam as diferenças, que promovem espaço para o preconceito com os diferentes modos de manifestação da língua falada e que menosprezam o uso da linguagem oral como parte fundamental no ensino de língua portuguesa, valorizando-se, exclusivamente, práticas voltadas à modalidade escrita.

Uma cena do filme *Como Estrelas na Terra* pode ser citada como um exemplo do despreparo de muitos docentes no trabalho com a oralidade em sala de aula. Em determinado momento do filme, a professora pede ao seu aluno para ler um texto, mas o aluno não obtém sucesso na atividade. Notando que seu aluno não consegue fazer a leitura, ela o ridiculariza, grita e o expulsa de sala de aula. Nesse caso, a professora poderia resolver a situação por meio de inúmeras possibilidades, dentre elas, aproveitar a oportunidade para desenvolver com o aluno um outro tipo de atividade com a mesmo texto, explorando a expressão oral, mas infelizmente, como muitos educadores, não o fez.

[...] enfatizamos que uma formação de base linguística é fundamental para o tratamento da oralidade no ensino de língua portuguesa. Se por um lado, muitos professores não entraram em contato com conhecimentos suficientes na área de Linguística no período em que frequentaram a faculdade, por outro lado, poderão ler, por conta própria, a respeito das novas teorias da linguagem [...]. (ELIAS, 2011, p. 38)

3. Conclusão

Buscou-se com este artigo apresentar reflexões sobre as razões do desprestígio da modalidade oral no contexto escolar, bem como apresentar, de forma breve, algumas propostas para adoção de um novo fazer pedagógico. Acredita-se que o professor de língua materna precisa conhe-

cer teorias e analisar estudos práticos acerca do tema apresentado, pois é esse conhecimento que o capacitará para modificar os fazeres – muitas vezes pouco eficazes – do modelo educacional vigente. Ainda que a escola, uma vez que parte da dinâmica social, reproduza modelos, uma análise crítica acerca dessas práticas é imprescindível para que os alunos possam, de fato, tornar-se competentes para manejar a língua nas diversas situações comunicativas das quais participa em seu cotidiano. Considerar a oralidade e a sua importância nas relações sociais, levando-a à sala de aula por meio de projetos estruturados, é um dos caminhos para que se alcance um ensino mais adequado à vida que extrapola os muros escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro. (Orgs). *Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito*. São Paulo: Parábola, 2013.

ELIAS, Vanda Maria. Org. *Estudo de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura*, São Paulo: Contexto 2011.

FÁVERO, Leonor Lopes; CUNHA, Maria Lucia; AQUINO, Zilda Gaspar de. *Oralidades e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

KHAN, Aamir. (Dir.). *Como estrelas na Terra*. Hollywood, Hollywood, Índia, 2007.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

_____. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2004.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Fala e escrita – Parte 1*. Centro de Estudos em Educação e Linguagem UFPE. [Vídeo]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XOzoVHYiDew>>. Acesso em: 10-2014.

_____. *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez, 1999.

SETTI, Ricardo. Vocês viram essa? Lula, ao deixar a Presidência, quer escrever de vez em quando. Sim, vocês leram direito: escrever. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/voces-viram-essa-lula-ao-deixar-a-presidencia-quer-escrever-de-vez-em-quando-sim-escrever>>. Acesso em: 06/09/2013.

URBANO, Hudinilson. *Oralidade na literatura. O caso Rubem Fonseca*, São Paulo: Cortez, 2000.